

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Vol. 35 (4)

ACTAS VIII



1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

até hoje mantido e cultivado. Mais uma vez, não deveríamos questionar e acusar a Espanha pela tal misteriosa “lacuna” do abastecimento do Guadalquivir sem que, a nível interno, esclareçamos, de uma vez por todas, os nossos próprios mistérios. Talvez daí resulte este nosso inquietante silêncio oficial quanto aos mistérios do Guadalquivir no PHNE.

É esta a questão que, como cidadão interessado, e sobretudo intrigado, que sou e me sinto, aqui, neste texto, coloco.

A CONFUSÃO DE FOZ CÔA*

por

António Ressano Garcia Lamas**

Não fui ainda a Foz Côa e tudo o que sei sobre o local e as suas manifestações rupestres foi lido, visto na televisão ou decorre de um curto relato de quem as viu. Tenho-me limitado, de facto, a seguir o caso e a sua fama crescente, como qualquer leitor atento de jornais.

Mas sei, por experiência, o que pode acontecer quando um valor cultural surge a estorvar os interesses da construção, e posso prever o caminho mais provável das gravuras de Foz Côa: enquanto se opina sobre o achado, as obras decorrem em ritmo acelerado; acumulam-se os factos/investimentos consumados; a comunidade intelectual protestará mas irá cansar-se; a opinião pública acabará por convencer-se de que o custo de preservar as gravuras está para além das suas posses; acaba-se a barragem e toda esta discussão. No fim, todos concordarão que teria sido interessante preservar as gravuras se se pudesse pagar a factura — quem não tem dinheiro não tem vícios! Os outros europeus podem ter preocupações culturais porque têm meios para isso, mas nós ainda precisamos é de infra-estruturas; até lá, paciência...

Este é o desfecho mais provável do caso Foz Côa. Talvez nem tarde tanto como poderia parecer à primeira vista, pois aparentemente os meios de comunicação social aceitaram bem as medidas dos actuais responsáveis pela Cultura e a declaração de que estão de boa fé à espera que um especialista estrangeiro lhes diga o que devem fazer.

De facto e aparentemente, conseguiu-se convencer a opinião pública de que o caminho encetado é correcto e até de que existe um processo de auscultação democrático, e este é o ambiente propício a uma conclusão rápida do caso: vamos estudar tudo pois há tempo; não havendo dinheiro para mais, retiram-se alguns espécimes para museu.

* Publicado no jornal *Público*, de 21-02-95.

** Professor catedrático do Instituto Superior Técnico. Antigo presidente do IPPC, actual IPPAR.

Temos um exemplo parecido e próximo no “caso Éden”, em Lisboa, embora de importância cultural diferente, pois tratava-se de um valor de interesse nacional e Foz Côa parece ser de interesse mundial. No “caso Éden”, a opinião pública foi também convidada a visitar e descobrir o interesse e valor estético do edifício ameaçado por um projecto que previa a sua demolição. Entusiasmou-se com a perspectiva de o preservar, mas a demolição ocorreu mesmo, porque, apesar de tudo, custava muito dinheiro compensar os investimentos já feitos pelo construtor. Tudo se passou com a opinião pública convencida da boa fé da Câmara, que, para o provar, até impôs que se salvasse um pedaço da fachada original!

Indignei-me com aquele caso e lembro-me de comentar com amigos, no início do caso Foz Côa, que ia tentar não lhe dar atenção para não sentir, no fim, a mesma impotência e vergonha. Por outro lado, procuro não falar de assuntos que envolvam o ex-IPPC.

Mas o facto é que ninguém, mesmo que queira, consegue alhear-se de Foz Côa, tal a sua repercussão. E tendo identificado neste caso métodos perversos que, a terem sucesso, terão consequências graves no tratamento futuro das questões do património, achei que os devia denunciar. Daqui este artigo.

Explico: parece que as gravuras já eram conhecidas há cerca de dois anos, mas só o alerta feito por arqueólogos independentes do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico) obrigou as entidades responsáveis a moverem-se. Parece também que a ideia do IPPAR foi então a de colocar aos arqueólogos a pergunta sobre o que fazer, dado a barragem estar já em construção. E estes, pouco habituados a serem consultados em casos relevantes e a manterem diálogo com interesses financeiros de monta, sentiram-se em situação de “concurso de ideias” e de desafio a imaginar soluções conciliadoras entre interesses culturais e empreendimentos contrários. Ao mesmo tempo, o IPPAR chamou um especialista da UNESCO-ICOMOS, seu conhecido, pedindo-lhe também uma ideia sobre o que deve fazer. A presença de um especialista estrangeiro inspira respeito e tal atitude parece surtir efeito.

O IPPAR afastou-se, assim, da subida da pressão para intervir, pois conseguiu fazer esquecer que é de sua responsabilidade a condução do processo de salvaguarda do património, além de que muitos parecem convencidos de que agiu prontamente — nada se conhece sobre o que fez nestes quase dois anos — e de que o seu papel é o de aguardar que, da manifestação de vontades múltiplas e do correr do tempo, surja a forma de ser aliviado de posições claras.

Houve indubitavelmente habilidade no afastamento de responsabilidades e na criação de um ambiente que permite aceitar a continuação da construção da barragem enquanto muitos discutem Foz Côa e concorrem com ideias. Está criado o ambiente propício ao desfecho que prevejo e, até, ao louvor da “discussão democrática” em curso...

Que eu saiba, foi Cláudio Torres — com a sua reputação e independência — o primeiro a ter a clarividência de dizer que a construção da barragem devia parar enquanto se estudavam as gravuras, e que se estava perante um caso em que o interesse cultural estava acima dos outros e não podia sofrer com omissões ou erros de processo. E é em relação aos erros de processo que sinto a obrigação de falar.

Admitamos que é verdade que os responsáveis pela Cultura só souberam dos achados arqueológicos pelo alerta dado nos jornais pela arqueóloga Mila Simões de Abreu. Admitamos também que a EDP procedeu correctamente, que não omitiu nenhuma informação relevante e que iniciou a construção da barragem sinceramente convencida de que podia, sem objecções, realizar a obra naquele local.

O procedimento correcto do IPPAR, ao ter conhecimento dos vestígios arqueológicos de Foz Côa, seria solicitar aos seus serviços de Arqueologia, e ao seu Conselho Consultivo, informação sobre a importância cultural dos mesmos. Se essa importância não podia ser avaliada com os conhecimentos disponíveis em Portugal, justificar-se-ia o recurso a especialistas estrangeiros.

A resposta dos especialistas deveria esclarecer o IPPAR sobre se estava perante valores culturais que, a terem sido conhecidos a tempo, teriam indubitavelmente aconselhado a não construir aquela barragem e também se são de importância tal que o devem levar a pedir agora, por todos os meios ao seu alcance, para serem salvaguardados. Durante o período necessário para a formulação destes pareceres — não certamente os vários meses que têm decorrido —, justificava-se não interromper as obras, pois elas não afectavam o estudo imediato das gravuras (nada se tendo dito ainda sobre abrigos e pinturas que parece existirem).

Determinada que fosse a sua importância — e tudo leva a crer que Foz Côa é mesmo importante —, o IPPAR devia propor, com base em argumentos culturais, a classificação da zona — não de algumas das rochas com gravuras — como sítio de interesse nacional (a classificação como património de interesse da humanidade não é relevante para a sua preservação).

Esta classificação pressupõe a salvaguarda e conservação do sítio e a promoção das medidas de defesa adequadas. A homologação da proposta competia ao membro do Governo responsável pela Cultura, o primeiro-ministro. Para isso, e tratando-se de uma decisão a que se opõem outros interesses, devia solicitar a avaliação das consequências. É óbvio que, ao receber a proposta de classificação, devia promover a suspensão das obras da barragem, pois cada dia que passasse com elas em curso desactualizaria essa avaliação.

Para a tomada de decisão sobre a homologação da classificação de Foz Côa, estando em causa investimentos da EDP a compensar e consequências socioeconómicas para a região, justificar-se-ia que o primeiro-ministro decidisse ouvir,

organizadamente, as várias posições, para o que poderia recorrer a um inquérito a conduzir por personalidade de idoneidade inquestionável.

Se, no fim, o primeiro-ministro viesse a decidir não classificar Foz Côa, colocar-se-ia então, e só então, o problema de conceber soluções alternativas para preservar estas manifestações de arte rupestre e acautelar a sua fruição: a remoção de fragmentos para um museu, a moldagem de outros, a construção de uma ensecadeira parcial, enfim, o estudo de como se comportariam as rochas submersas pela barragem e de como poderiam ser visitáveis e a sua evolução acompanhada por mergulhadores, etc.

Mesmo que não se viesse a concordar com a decisão política tomada, só uma metodologia semelhante, traduzindo um claro entendimento de que interesses nacionais devem sobrepor-se a interesses locais e de que os interesses culturais devem, em princípio, estar acima de interesses circunstanciais, seria civilizada e aceitável.

Mas não foi este o processo adoptado para o caso de Foz Côa, em que os especialistas foram postos pelo IPPAR a discutir soluções para conservar as gravuras no tempo disponível ou a conceber soluções para depois do alagamento da zona. Pode dizer-se que foram entretidos a comparar a relevância da barragem em termos hidroeléctricos com o valor cultural das gravuras e desafiados a tentar sensibilizar as populações locais numa campanha cultural quase referendária.

Assim ocupados, os arqueólogos poderão esquecer a incorrecção do processo em que estão envolvidos, acabando por se sentir responsáveis por imaginar cenários alternativos de desenvolvimento socioeconómico ou por terem de encontrar, eles próprios, financiamentos para compensar a construção da barragem, que prossegue em ritmo acelerado. Dificilmente conseguirão, neste contexto, emitir uma posição cultural convergente e clara.

Entretanto, o especialista estrangeiro já foi avançando o que o IPPAR e a EDP queriam ouvir, isto é, que submergir as gravuras pode ser uma boa solução para povos vândalos e sem recursos, incapazes de conservar as gravuras após a sua descoberta.

Enfim, ironizando, se a confusão lançada não resultar, pode-se ainda recorrer à desacreditação da posição que defende a salvaguarda do sítio, acusando-a de partidária, ou à ameaça de termos de pagar tarifas mais elevadas à EDP se a barragem não se construir. O tempo e a tática do facto consumado farão o resto...

Porém, à medida que cresce o interesse nacional e internacional por Foz Côa, estão a surgir mais vozes esclarecidas e Cláudio Torres não está, como me pareceu a certa altura, só.

Pode acontecer que as populações locais venham a demonstrar mais sentido do futuro do que os actuais responsáveis pela Cultura e tomem entre mãos a de-

fesa do património nacional situado na sua zona depois de perceberam que este lhes pode trazer uma vitalidade regional bem superior aos benefícios agrícolas que esperam da barragem.

Pode ser que o processo perverso que descrevi não resulte, que os arqueólogos denunciem a armadilha em que caíram e digam definitivamente que Foz Côa deve ser preservado e que o primeiro-ministro decida pôr cobro a este processo, chamando a si a sua condução e tomando a posição exemplar, e de repercussões históricas para a Cultura em Portugal, de parar a obra e encetar um caminho correcto de decisão.

Pode ser que os meus receios sejam infundados. Se tal acontecer, a confusão gerada em torno de Foz Côa não terá o desfecho do Éden e resultará, pelo contrário, no aprofundamento da participação democrática e do progresso cultural. Oxalá!